

LEI PAULO GUSTAVO

Projeto Raízes Criativas - Fortalecendo Comunidades Indígenas será lançado nesta terça-feira

Mulheres indígenas e professores são público-alvo prioritário

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Através do edital nº 002/2023 da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secultur), diversos projetos foram beneficiados em Tangará da Serra. Um deles é o Raízes Criativas - Fortalecendo Comunidades Indígenas, que foi desenvolvido pela artesã Dalva Cristiana do Nascimento. O projeto foi aprovado através da Lei Paulo Gustavo e a abertura acontecerá nesta terça e quarta-feira, dias 09 e 10 de abril, consecutivamente, tendo como público-alvo prioritário mulheres indígenas e professores, como informa a proponente. “Teremos aqui mulheres

indígenas do Formoso e Rio Verde de várias etnias”, comenta Dalva, ao salientar que o encontro acontecerá na Estância Recanto dos Sonhos, mas não tem nada a ver com essa vertente. Será apenas desenvolvido no espaço, aonde acontecerão as oficinas de artesanato com fibra de bananeira, confecção de bijoias, produção de placas motivacionais em madeira e produção de mandalas.

“Por isso o nome raízes, para fixá-las aonde estão

“A Lei Paulo Gustavo veio e para nós é uma realidade e uma honra executar um projeto desses que poderá contribuir com as mulheres

indígenas. Por isso o nome raízes, para fixá-las aonde estão”, explica.

O projeto será desenvolvido em módulos e o segundo acontecerá nos dias 04 e 05 de maio. Já no dia 25 de abril acontece a oficina de mandalas com elementos da natureza, para professores das redes estadual e privada e terá a frente, a professora Iolanda Garcia. O encerramento será no dia 19 de maio.

“Aproveitaremos nosso espaço aqui da estância para que essas mulheres vejam o nosso trabalho e levem para suas comunidades talvez, mais uma fonte de renda, com base no que temos e desenvolvemos aqui”.

Além das oficinas, as participantes terão palestras sobre Ecoturismo e poderão apreciar uma feira de artesanatos e de produtos da Agricultura Familiar.

PROJETO

RAÍZES CRIATIVAS

FORTELECENDO COMUNIDADES INDÍGENAS

Projeto Aprovado!

OFICINAS:

- Técnica de Artesanato com fibra de bananeira
- Confecção de bijoias
- Produção de placa motivacionais em madeira
- Produção de mandala

PALESTRA SOBRE ECOTURISMO

FEIRA DE ARTESANATO E DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PÚBLICO-ALVO PRIORITÁRIO:

Mulheres indígenas e professores.

EDITAL Nº 002/SECULTUR/2023 – CHAMAMENTO PÚBLICO - “PLURALIDADES”

Apelo:  Produção:  Realização:      

Projeto acontecerá na Estância Recanto dos Sonhos



Em Mato Grosso, eles ocupam três biomas

ABRIL INDÍGENA 2024

Evento debate políticas públicas aos povos originários

Em todo o estado, estruturam-se em 45 etnias

ELZIS CARVALHO / Assessoria

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso realizou, por iniciativa do deputado Lúdio Cabral (PT), na manhã de sexta-feira, dia 05, audiência pública para debater políticas públicas aos povos indígenas.

A audiência engloba a programação do Abril Indígena 2024. O tema deste ano é “Direitos sem retrocessos: Demarcando espaços”. Entre as principais reivindicações está a ampliação pela demarcação de territórios e também o acesso a direitos sociais, territoriais e a diversidade cultural aos mais de 305

povos indígenas existentes no Brasil.

Em Mato Grosso, os povos indígenas ocupam três biomas mato-grossenses: Floresta Amazônica, Cerrado e o Pantanal. Em todo o estado, elas se estruturam em 45 etnias, e outras duas etnias isoladas. Cada uma tem características peculiares socioculturais. No estado, a população é de 58 mil indígenas. O evento contou com pelo menos 300 índios.

De acordo com o proponente da audiência pública, deputado Lúdio Cabral, é preciso que o parlamento estadual esteja preparado para debater os direitos e os principais problemas enfrentados pelos povos originários. Segundo ele, falta o Estado brasileiro honrar os direitos dos povos indígenas. “O maior patrimônio de Mato Grosso é sua

diversidade étnica. Hoje, são 43 povos indígenas (nações, línguas e culturas próprias) cada uma com características peculiares e, por isso, cada uma portadora de direitos que precisam ser atendidos pelo Estado. Mas o primeiro passo para avançar, nesse cenário de carência e de dificuldade, é gritar”, afirmou Cabral. De acordo com o parlamentar, a Assembleia Legislativa tem o dever de abrir o espaço para ouvir o “grito e a voz” pelos direitos dos povos indígenas.

Em todo o mês de abril, serão promovidas diversas agendas na sede da Funai, em Brasília. Entre os dias 22 e 26 de abril, a Funai participará da 20ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), mobilização indígena realizada anualmente sob a organização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).